

“Sem um acordo político, haverá hiperinflação”

por Airton Seligman
de São Paulo

“Se não houver nos próximos dois ou três meses uma mobilização séria no Congresso Nacional no sentido de tranquilizar a sociedade ou um amplo acordo entre trabalhadores e empresários, o desdobramento (da crise econômica) é a hiperinflação.” A afirmação foi feita ontem pelo economista Luís Paulo Rosenberg, professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica e ex-assessor do então ministro Delfim Netto e do presidente José Sarney.

Para se evitar esse processo, o Brasil, segundo Rosenberg, precisa evitar dois erros cometidos na Argentina: o de não ter maturidade para alcançar um acordo político e de ter um presidente que opte por acabar com a inflação em vez de ter-se contentado em segurá-la num patamar de 20 a 30%.

O acordo político proposto pelo economista daria ao Congresso condições de aprovar medidas com fins de assegurar o pagamento da dívida interna, de conter o déficit público e de amenizar o conflito entre capital e trabalho, pressionando a definição de uma política salarial. “Certamente não teríamos um plano antiinflação mas conseguiríamos passar o bastão ao próximo presidente”, disse, classificando sua proposta como um armistício para a transição.

REINDEXAÇÃO

A introdução de um indexador diário é imprescindível para afastar a hiperinflação, acredita Rosenberg. Para ele, a criação do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) fiscal daria maior credibilidade ao mercado financeiro.

A reindexação plena, no entanto — e apesar de estar sendo estudada na área governamental —, não tem prazo para começar a vigo-



Luiz Paulo Rosenberg

rar. O diretor da área de mercado de capitais do Banco Central (BC), Keyler Carvalho Rocha, afirmou que o momento de implantação de um índice diário, com o BTN fiscal, não depende apenas do processo inflacionário. “Temos de levar em conta a necessidade de um maior estímulo à poupança e de dar maior justiça à captação e empréstimos financeiros”, justificou.

Keyler revelou, entretanto, que o governo “está dando tempo para que a sociedade resolva o seu problema de indexação”. Para ele, o ideal é que o sistema privado cumprisse esse papel, como o fizeram a Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e a Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) ao contratar os serviços da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a criação de um indexador, o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). “O governo fica numa posição desconfortável ao anunciar expectativas inflacionárias baseado em projeções especulativas”, explicou.

Rosenberg e Keyler participaram ontem do IV Congresso Nacional de Executivos Financeiros, promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (IBEF).